

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

| | | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-------------------|------------------------------------|
| ID da proposta | Processo | Atividade / Procedimento |
| PR/2026/19367 | 29202/2026 | Proposta à Câmara Municipal |
| Assunto do Processo | | |
| Proposta à Câmara Municipal - CPE.19.23.DMOSM - Musealização da Área das Carvalheiras - Área Arqueológica, Centro de Interpretação e Área Envolvente - Reposição do equilíbrio financeiro do contrato (Prorrogação de Prazo) | | |
| Unidade Administrativa | | |
| DOP - DGO [ENTRADAS] | | |
| Propósito | | |
| Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal | | |
| Órgão/Cargo que resolve | | |
| Câmara Municipal de Braga | | |

FACTOS E FUNDAMENTOS LEGAIS

CPE.19.23.DMOSM - Musealização da Área das Carvalheiras - Área Arqueológica, Centro de Interpretação e Área Envolvente - Reposição do equilíbrio financeiro do contrato (Prorrogação de Prazo)

Submete-se à consideração da Câmara Municipal, a proposta de aprovação da reposição do equilíbrio financeiro do contrato, no valor de 134.640,68€, acrescido do IVA à taxa legal em vigor, a título de indemnização devida à prorrogação de prazo de 116 dias, aprovada na reunião de câmara de 25/03/2026, nos termos do previsto nos artigos 282º e 354º do CCP, para o que foram previamente emitidos o cabimento e compromisso, conforme os documentos que se anexam e que fazem parte integrante do processo.

Anexos:

- 1- Informação técnica;
- 2- Cabimento;
- 3- Compromisso.

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

À Reunião de Câmara para deliberação nos termos das condições estipuladas na informação técnica de suporte à presente decisão.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE



CPE.19.23.DMOSM – MUSEALIZAÇÃO DA ÁREA DAS CARVALHEIRAS – ÁREA ARQUEOLÓGICA, CENTRO DE INTERPRETAÇÃO E ÁREA ENVOLVENTE

Registo de entrada: 2026-E-RE-7972 de 02/04/2026

Requerente: Alexandre Barbosa Borges, S. A.

Local da obra: Insula das Carvalheiras, U. F. de Maximinos, Sé e Cividade

Assunto: Indemnização para Reposição do Equilíbrio Financeiro do Contrato

Gestor do contrato: Vitor Hugo Rodrigues Coutinho

Órgão competente: Câmara Municipal

I. CARACTERIZAÇÃO E ENQUADRAMENTO DA PRETENSÃO

1.1. O empreiteiro, através do registo de entrada n.º 2026-E-RE-7972 de 02/04/2026, apresentou um pedido de **Indemnização para Reposição do Equilíbrio Financeiro do Contrato** da empreitada “Musealização da Área das Carvalheiras - Área Arqueológica, Centro de Interpretação e Área Envolverte” na sequência da aprovação da 1.ª prorrogação de prazo da empreitada.

1.2. A quantificação apresentada pelo empreiteiro incide sobre os artigos contratuais referentes a manutenção de estaleiro (artigo 1.1.2 do MQT), plano de segurança e saúde (artigo 1.1.3 do MQT), plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (artigo 1.1.4 do MQT), sinalização temporária (artigo 1.3 do MQT) e acompanhamento de topografia (artigo 1.6 do MQT), **totalizando o valor de 134.640,68€.**

No anexo 01, encontra-se o ofício (fundamentação e cálculo) do presente pedido de indemnização para reposição do equilíbrio financeiro do contrato por prorrogação de prazo da empreitada, solicitado pelo empreiteiro.

II. DATAS CHAVE DA EMPREITADA

2.1. De seguida registam-se as principais datas chave da empreitada:

- a) O contrato da empreitada foi celebrado em **19/02/2024.**
- b) O contrato obteve o visto do tribunal de contas em **26/04/2024.**
- c) A aprovação do plano de segurança e saúde ocorreu em **01/07/2024.**
- d) A consignação da empreitada ocorreu em **02/07/2024.**
- e) O prazo de execução dos trabalhos da empreitada eram **18 meses.**
- f) A data inicialmente prevista para a conclusão dos trabalhos da empreitada era **02/01/2026** (nos termos do disposto na alínea c) n.º 1 do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos).



- g) Foi concedida uma prorrogação de prazo de **60 dias** pelo 2.º adicional à empreitada.
- h) A data prevista para a conclusão dos trabalhos da empreitada (2.º adicional) era **03/03/2026**.
- i) Foi concedida uma prorrogação de prazo de **28 dias** pelo 3.º adicional à empreitada.
- j) A data prevista para a conclusão dos trabalhos da empreitada (3.º adicional) era **31/03/2026**.
- k) Foi concedida uma prorrogação de prazo de **140 dias** pelo 1.º pedido de prorrogação de prazo da empreitada.
- l) A data prevista para a conclusão dos trabalhos da empreitada (1.ª prorrogação) é **18/08/2026**.

III. INFORMAÇÃO TÉCNICA

- 3.1. A reposição do equilíbrio financeiro do contrato, tratada de forma ampla e abrangente no artigo 282.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e, de forma particular para as empreitadas de obras públicas, no artigo 354.º do mesmo diploma, constitui um mecanismo destinado a assegurar, ao cocontratante, o respeito da equação económico-financeira subjacente à base contratual, sempre que a mesma se encontre desequilibrada.
- 3.2. No presente caso, a prorrogação de prazo concedida totalizou 140 dias, resultando de condicionantes devidamente fundamentadas e aprovadas pelo órgão competente, alterou os pressupostos inicialmente outorgados, colocando em causa a equação económico-financeira subjacente. Regista-se que essa prorrogação se decompõe em 116 dias por factos não imputáveis ao empreiteiro e 24 dias por factos não imputáveis ao empreiteiro nem ao dono da obra, pelo que se impõe distinguir, para efeitos de reposição do equilíbrio financeiro, a componente temporal imputável ao dono da obra (cf. informação técnica n.º 2026-7839 de 19/03/2026 referente ao 1.º pedido de prorrogação de prazo).
- 3.3. Assim, o presente pedido de indemnização para reposição do equilíbrio financeiro do contrato por prorrogação de prazo deve reportar-se exclusivamente aos 116 dias de prorrogação concedidos por factos imputáveis ao dono da obra, ficando excluída da base indemnizatória a parcela de 24 dias associada a factos não imputáveis a qualquer das partes, por não se enquadrar, essa extensão, no fundamento indemnizatório aplicável.



- 3.4. Delimitado o âmbito indemnizatório, o presente pedido de indemnização para reposição do equilíbrio financeiro do contrato por prorrogação de prazo, refere-se às despesas relacionadas com manutenção de estaleiro (artigo 1.1.2 do MQT), plano de segurança e saúde (artigo 1.1.3 do MQT), plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição (artigo 1.1.4 do MQT), sinalização temporária (artigo 1.3 do MQT) e acompanhamento de topografia (artigo 1.6 do MQT), no período correspondente aos 116 dias de prorrogação imputáveis ao dono da obra.
- 3.5. Os artigos mencionados no ponto anterior encontram-se contabilizados no mapa de quantidades de trabalhos (MQT) com valores globais para os 18 meses do prazo inicial da empreitada (correspondente a 549 dias). Na tabela seguinte encontra-se o cálculo dos valores unitários diários e respetivos valores totais, para apuramento do montante correspondente aos 116 dias.

| CAP. I | TRABALHOS PREPARATÓRIOS E ACESSÓRIOS | UN | VALOR TOTAL (18 MESES) | VALOR UNITÁRIO (DIÁRIO) | VALOR TOTAL (116 DIAS) |
|--------------|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|------------------------|-------------------------|------------------------|
| 1.1 | Montagem e desmontagem de estaleiro, incluindo acessos, ramais de água, esgotos, eletricidade e telefone, manutenção global do estaleiro durante a execução dos trabalhos, desmontagem global do estaleiro no final dos trabalhos da empreitada, repondo as condições iniciais do local, incluindo todos os trabalhos e fornecimentos acessórios e/ou complementares | | | | |
| 1.1.2 | Manutenção de estaleiro | vg | 627 033,60 € | 1 142,14 € | 132 487,97 € |
| 1.1.3 | Desenvolvimento, implementação e atualização do Plano de Segurança e Saúde (PSS), nos termos do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, incluindo os meios humanos, materiais e equipamentos. | vg | 2 629,36 € | 4,79 € | 555,57 € |
| 1.1.4 | Desenvolvimento e implementação do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD), nos termos do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, com a redação dada pela Lei n.º 52/2021, de 10 de agosto, incluindo os meios humanos, materiais, equipamentos e transportes a operador licenciado. | vg | 3 246,99 € | 5,91 € | 686,07 € |
| 1.3 | Sinalização temporária de trabalhos dentro e fora da área de intervenção, sempre de acordo e em função dos equipamentos a utilizar na via pública, nos termos do Decreto Regulamentar 22A/98 de 01 de outubro referente a sinalização vertical e horizontal e outros equipamentos necessários, incluindo o seu fornecimento, implantação e colocação, bem como os demais trabalhos necessários | vg | 1 306,32 € | 2,38 € | 276,02 € |
| 1.6 | Apoio e acompanhamento de técnico de serviços de topografia, para implantação geral e apoio a todos os trabalhos da empreitada. | vg | 3 005,58 € | 5,47 € | 635,06 € |
| | | | TOTAL | | 134 640,68 € |



- 3.6. Em função da delimitação efetuada (116 dias), e após apuramento do valor diário com base nos montantes globais inscritos no mapa de quantidades (MQT), conclui-se que a indemnização para reposição do equilíbrio financeiro do contrato por prorrogação de prazo, totaliza o valor de **134.640,68€ + IVA** (cento e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta euros e sessenta e oito cêntimos).

IV. PROPOSTA

- 4.1. Face ao atrás exposto, sem prejuízo de outras questões que se possam verificar, propõe-se a **aprovação**, pela Câmara Municipal, do pedido de **indemnização para reposição do equilíbrio financeiro do contrato por prorrogação de prazo da empreitada**, no valor total de **134.640,68€ + IVA** (cento e trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta euros e sessenta e oito cêntimos).
- 4.2. Com vista à autorização, deve proceder-se ao registo do **cabimento prévio e respetivo compromisso**, relativo ao encargo total de **134.640,68€**, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor.

Braga, 29 de abril de 2026

O Gestor do Contrato,

